

### ATA NÚMERO 168/XII (3.ª)

Aos vinte e três dias do mês de abril de 2014, pelas 11 horas e 10 minutos, reuniu a Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação, na Sala 2, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças, que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

Audição do Presidente do OBERCOM, Observatório da Comunicação Social, Gustavo Cardoso, no âmbito da discussão na especialidade das propostas de lei n.ºs 194, 195 e 196/XII (3.ª).

---

Dando início à audição, o Senhor Presidente da Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação, Deputado Mendes Bota, agradeceu a presença do Presidente do OBERCOM, Gustavo Cardoso, e explicou a metodologia dos trabalhos.

Gustavo Cardoso fez uma intervenção inicial, que pode ser consultada [aqui](#).

Na primeira ronda de intervenções usaram da palavra os Senhores Deputados Raúl de Almeida (CDS-PP), Rosa Arezes (PSD), Agostinho Santa (PS) e Carla Cruz (PCP).

O Senhor Deputado Raúl de Almeida (CDS-PP) debruçou-se sobre a grelha de serviço público e a vocação dos dois canais generalistas da RTP; a programação dos três canais da rádio pública e a sua adaptação aos novos meios tecnológicos; o projeto de afinação da personalidade dos dois canais públicos de televisão em sinal aberto; o processo da TDT e a expansão de alguns canais em sinal aberto.

A Senhora Deputada Rosa Arezes (PSD) referiu-se ao financiamento proposto para a RTP através do pagamento da CAV; à representatividade do Conselho de Opinião e à inclusão neste órgão de um representante dos trabalhadores e de um outro das comunidades portuguesas; à criação e composição do Conselho Geral Independente (CGI), à sua representação geográfica, cultural e de género e à eliminação do risco de governamentalização; às responsabilidades e áreas de intervenção do CGI; ao conceito de «valor público» e à sua presença no modelo ora proposto

pelo Governo; ao aumento do número de canais televisivos desde 1999 até 2012 e ao acréscimo de qualidade da informação e da programação.

O Senhor Deputado Agostinho Santa (PS) colocou questões sobre o objetivo da criação do CGI como garante da transparência e independência do serviço público de rádio e televisão; a sobreposição de competências entre os diferentes órgãos; o novo modelo de serviço público e a autonomia editorial; a externacionalização da produção própria e da manutenção; os despedimentos e a capacidade de produção interna da RTP; o Centro de Produção do Norte e os Centros Regionais das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira; a coesão territorial e o serviço de informação de proximidade.

A Senhora Deputada Carla Cruz (PCP) debruçou-se sobre a desresponsabilização por parte do Governo do serviço público de rádio e televisão; o modelo de financiamento, a transparência e a prestação de um serviço público de qualidade; a criação, nomeação e composição do CGI, o novo contrato de concessão do serviço público de televisão e de rádio; a redução da produção própria aos serviços informativos; o esvaziamento do Canal 2; a externacionalização dos meios de produção e de manutenção e o financiamento.

Gustavo Cardoso respondeu individualmente a cada um dos Senhores Deputados, no seguimento das respetivas intervenções, tendo referido que a identidade dos canais e dos programas permitia identificar o público-alvo; que era muito importante haver valor público na relação a estabelecer com os portugueses ou com aqueles que, não o sendo, querem ouvir falar em português; que a TDT era um caso ímpar no universo europeu, que Portugal não tinha aproveitado a experiência dos outros, os falhanços e correções que foram feitas tendo tido como consequência um acréscimo no consumo da televisão paga; que a maioria da população portuguesa tinha televisão paga e que hoje a TDT, devido às queixas apresentadas, às dificuldades que existiram na migração tecnológica e à publicidade que foi feita, estava reduzida a um universo muito pequeno de canais e que seria muito difícil inverter essa tendência; que a TDT tinha de fazer parte de uma estratégia alargada de multiplicação da presença daquilo que é a produção nacional e que tecnologicamente era possível fazê-lo.

Mais adiantou que ninguém podia ter certeza alguma sobre o modelo certo a adotar, mas que, de qualquer forma, qualquer iniciativa de transformação e de tentativa de adaptação da prática do serviço público à criação de valor público para dar resposta a essas transformações seria positiva; que ninguém podia assegurar que os modelos delineados iam funcionar porque isso

dependeria, acima de tudo, não apenas das pessoas que fossem nomeadas mas também das dinâmicas e da própria capacidade de evolução da cultura organizacional das empresas e das instituições; que a previsão de que as pessoas nomeadas tinham de ser escrutinadas e prestar contas era um bom princípio, já que poderia implicar algum dinamismo e transformação; que a própria RTP tinha algum receio de haver sobreposição de competências e do próprio articulado da lei não estar suficientemente claro; que o Conselho de Opinião saía reforçado com a diversidade prevista, mas convinha que essa realidade fosse adaptável aos tempos porque a experimentação iria implicar mudança e seria certamente necessário fazer uma avaliação e daí ser imperioso a possibilidade de se poder mudar e adaptar;

E concluiu, afirmando que este modelo transferia para dentro da organização competências que tradicionalmente estavam associadas à tutela, mas que não continha mais perigos do que o anterior, sendo uma forma diferente de pensar e de experimentar; que aquilo que estava previsto na iniciativa legislativa do Governo só seria um perigo se houvesse uma desarticulação entre a estratégia delineada para a RTP, produto da articulação entre o CGI, a administração e o Conselho de Opinião, e o financiamento; que o ênfase da diversidade tinha de ser assegurado pela empresa e não por lei; que a externacionalização na comunicação social tinha uma parte de criatividade e outra de produção; que a existência de diferentes órgãos não constituiria um problema se a capacidade de articulação e de trabalhar em rede fosse posta em execução; que não seria bom existir publicidade na RTP; que a independência do serviço público só dependia dos trabalhadores da empresa, se queriam ser bons ou maus jornalistas; que não havia legislação que protegesse em absoluto a independência editorial, mas que o bom funcionamento da ERC seria fundamental para a assegurar.

Na segunda ronda de intervenções usaram a palavra os Senhores Deputados Raúl de Almeida (CDS-PP), Carla Cruz (PCP), Rosa Arezes (PSD) e Sandra Pontedeira (PS).

Gustavo Cardoso respondeu, no final e em bloco, às questões colocadas.

Antes de encerrar os trabalhos, o Senhor Presidente fez o levantamento de todas as questões que ainda não tinham sido respondidas, após o que o Presidente do OBERCOM interveio de novo para lhes dar resposta.



Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação

---

A reunião foi integralmente gravada em suporte vídeo e encontra-se disponível em <http://www.canal.parlamento.pt/> razão pela qual não se procede ao seu desenvolvimento nesta sede.

Nada mais havendo a tratar, a audição terminou às 13 horas.

Palácio de São Bento, 23 de abril de 2014

**O PRESIDENTE DA COMISSÃO,**

**(MENDES BOTA)**

### Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Agostinho Santa  
Ana Oliveira  
Carla Cruz  
Maria da Conceição Caldeira  
Mendes Bota  
Raúl de Almeida  
Rosa Arezes  
Sandra Pontedeira  
Sérgio Azevedo  
Amadeu Soares Albergaria  
Hélder Amaral  
João Figueiredo  
João Lobo  
Nuno Encarnação

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

André Pardal  
Cecília Honório  
Cláudia Monteiro de Aguiar  
Inês de Medeiros  
Isabel Oneto  
Jacinto Serrão  
João Portugal



Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação

---

Lídia Bulcão

Paulo Almeida

Pedro Delgado Alves

Esteve ausente em trabalho parlamentar a Senhora Deputada Mónica Ferro.

*A presente ata foi aprovada em reunião da Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação, realizada no dia \_\_/\_\_/2014.*